



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 48/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0024480/2020-77

PARECER ÚNICO Nº 260868/2020 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licenciamento Ambiental	90035/2004/002/2013	Sugestão pelo Indeferimento

FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva - LOC

PROCESSOS VINCULADOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Certidão de Uso Insignificante	177315/2018	Deferida

EMPREENDEDOR:	CONSERVAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA TRATADA LTDA.	CNPJ:	05.443.669/0001-71
---------------	---	-------	--------------------

EMPREENDIMENTO:	CONSERVAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA TRATADA LTDA.	CNPJ:	05.443.669/0001-71
-----------------	---	-------	--------------------

ENDEREÇO: Avenida Brasil nº. 295 - Distrito de Cava Grande	ZONA: Rural	MUNICÍPIO: Marliéria - MG
--	-------------	---------------------------

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE: 19°38'12.75"S LONGITUDE: 42°37'12.42"O

LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:	( ) INTEGRAL ( X ) ZONA DE AMORTECIMENTO ( ) USO SUSTENTÁVEL ( ) NÃO
---------------------------------------	---

BACIA FEDERAL:	Rio Doce	BACIA ESTADUAL:	Rio Piranga
----------------	----------	-----------------	-------------

UPGRH:	DO1 – Região da Bacia Rio Piranga
--------	-----------------------------------

CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO DN COPAM Nº. 217/2017	PARÂMETRO	PORTE	CLASSE
B-10-07-0	Tratamento químico para preservação de madeira	Produção Nominal: 6000 m³/ano	P	4
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:		
Rafaella de Paula Santos – Engenheira civil e ambiental		CREA MG 229718/D		
RELATÓRIO DE VISTORIA: RV nº. 030/2019			DATA:	04/07/2019
EQUIPE INTERDISCIPLINAR		MA SP	ASSINATURA	
Cíntia Marina Assis Igídio – Gestora Ambiental		1253016-8		
Maiume Rughania Sá Soares – Gestora Ambiental		1366188-9		
Laudo José Carvalho de Oliveira – Gestor Ambiental de Formação Jurídica		1400917-9		
De acordo: Vinicius Valadares Moura – Diretor Regional de Regularização Ambiental		1365375-3		
De acordo: Elias Nascimento de Aquino – Diretor Regional de Controle Processual		1267876-9		



Documento assinado eletronicamente por **Maiume Rughania Sa Soares, Servidor(a) Público(a)**, em 29/06/2020, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laudo Jose Carvalho de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 29/06/2020, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nascimento de Aquino, Diretor(a)**, em 29/06/2020, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Marina Assis Igidio, Servidor(a) Público(a)**, em 29/06/2020, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Valadares Moura, Diretor(a)**, em 30/06/2020, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16050783** e o código CRC **93341CB9**.

---



## 1. Resumo

O empreendimento CONSERVAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA TRATADA LTDA. exerce suas atividades no Distrito de Cava Grande, zona rural do Município de Marliéria – MG. Em 15/02/2013 foi formalizado na SUPRAM/LM o processo administrativo de licenciamento ambiental nº. 90035/2004/002/2013 requerendo Licença de Operação Corretiva.

O empreendimento desenvolve a atividade “Tratamento químico para preservação de madeiras, código B-10-07-0”, de acordo com Deliberação Normativa COPAM nº. 217/2017. Possui produção nominal de 6000 m³/ano e conta com a colaboração de 07 funcionários operando em um turno de 8 horas, de segunda a sexta-feira e em um turno de 4 horas aos sábados.

Em 04/07/2019 foi realizada vistoria técnica no empreendimento a fim de subsidiar a análise de solicitação de licenciamento ambiental.

Foi necessária a solicitação de informações complementares por meio dos documentos OF. SUPRAM-LM nº. 215/2019 e OF.SUPRAM-LM nº. 041/2020. Contudo, trata-se de fornecimento de informações complementares insuficientes com inexistência de elementos essenciais à conclusão da análise do Processo Administrativo em tela.

Dessa forma, a equipe interdisciplinar da SUPRAM/LM sugere o indeferimento do pedido de Licença de Operação Corretiva, do empreendimento CONSERVAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA TRATADA LTDA., conforme determinado na Resolução CONAMA nº. 237/1997, Decreto Estadual nº. 47.383/2018, Lei Estadual nº. 21.972/2016 e DN COPAM nº. 217/2017, com a ratificação do Parecer Único pela Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro, se for o caso.

## 2. Introdução

Para promover a regularização ambiental do empreendimento, foi preenchido o Formulário de Caracterização do Empreendimento – FCE, documento SIAM R294009/2012, por meio do qual foi gerado o Formulário de Orientação Básica – FOB nº. 730240/2012B que instrui o processo administrativo de Licença de Operação. Em 15/02/2013, após a entrega de documentos, foi formalizado o processo de nº. 90035/2004/002/2013 para a atividade “Tratamento Químico para preservação de madeira”, Classe 03, segundo a DN COPAM nº. 74/2004.

Ocorre que em 06/03/2018 entrou em vigor a DN COPAM nº. 217/2017, que estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais.

Para os processos que já se encontravam em análise antes da entrada em vigor da nova norma, permitiu-se que o empreendedor optasse pela permanência da análise do processo sob a égide da DN COPAM nº. 74/2004. Como o empreendedor não se manifestou pela permanência da análise à luz da legislação



supracitada, em 10/08/2018, foi solicitado ao empreendedor por meio do OF. SUPRAM – LM SUP N°. 361/2018 a realizar o reenquadramento do processo administrativo em tela pela DN n°. 217/2017.

A equipe interdisciplinar da SUPRAM/LM realizou vistoria técnica no local do empreendimento no dia 04/07/2019, conforme Relatório de Vistoria n°. 030/2019. No momento da vistoria o empreendimento não se encontrava em operação, fl. 97.

Em 11/12/2019 foi solicitada a reorientação do processo para Licença de Operação Corretiva (LOC), classe 4 (porte pequeno e potencial poluidor grande), conforme DN COPAM n°. 217/2017, por meio da Papeleta de Despacho n°. 214/2019 (DOC SIAM n°. 771461/2019).

Foram solicitadas informações complementares conforme OF. SUPRAM-LM n°. 215/2019 e reiteração através do OF. SUPRAM-LM n°. 041/2020, cujo atendimento foi realizado dentro prazos estabelecidos.

A análise técnica discutida neste parecer foi baseada nos estudos ambientais apresentados pelo empreendedor e na vistoria técnica realizada pela equipe da SUPRAM/LM na área do empreendimento. Conforme Anotação de Responsabilidade Técnica – ART juntada ao processo, tais estudos encontram-se responsabilizados pelo profissional abaixo:

**Tabela 01.** Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Número da ART	Nome do Profissional	Formação	Estudo/Função
CREA MG14201800000005707652	Rafaella de Paula Santos	Eng. Civil e Ambiental	Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental – RCA e PCA

### 3. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento CONSERVAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA TRATADA LTDA. localiza-se na Avenida Brasil, n°. 295, distrito de Cava Grande, zona rural do município de Marliéria – MG. O empreendimento encontra-se instalado em uma área de 7.500 m<sup>2</sup> pertencentes ao imóvel rural situado no Córrego Celeste com área de 17.2317ha registrado sob matrícula 6926, Livro 2 RG, do Serviço Registral de Imóveis de São Domingos do Prata.

A atividade do empreendimento compreende o tratamento químico para preservação de madeira plantada, através do sistema vácuo/pressão em autoclave, com a utilização de produto preservativo (Madepil AC 40 CCA), que está devidamente registrado no IBAMA sob n°. 003495 e é fornecido em bombonas de 185kg pela Indústria Química DIPIL Ltda. A produção anual de madeira tratada no empreendimento é de 6000m<sup>3</sup>/ano.

A Usina de Tratamento de Madeira encontra-se cadastrada junto ao IBAMA sob o n°. 1359396/2019, conforme exigência da Instrução Normativa n°. 06/2014 do IBAMA. A UTM também se encontra cadastrada junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, categoria “tratamento de madeira” nos termos da Resolução



Conjunta SEMAD/IEF nº. 1661/2012. Segue imagem da localização do imóvel onde situa-se o empreendimento:



**Figura 01** – Delimitação da área do imóvel onde se localiza o empreendimento  
**FONTE:** Google Earth – acesso em 19/06/2020

A madeira utilizada no tratamento pertence às espécies do gênero *Eucalyptus* e conforme estudos apresentados, esta matéria-prima é proveniente de produtores da região de Minas Novas e Santa Maria do Suaçui - MG. Foram anexados aos autos do processo os comprovantes de venda da madeira, todas emitidas no ano de 2018.

### **3.1. Processo de Tratamento da Madeira**

O tratamento é realizado em unidade industrial denominada Usina de Tratamento de Madeira – UTM. A UTM é composta por autoclave (cilindro de tratamento), conjunto de motobombas, tanques e tubulações. Neste equipamento, a madeira é submetida a um vácuo inicial (retirada do ar e umidade das células da madeira), pressão (introdução do preservativo nas camadas permeáveis) e vácuo final (remoção do excesso de produto das superfícies das peças).

A autoclave utilizada no empreendimento possui as seguintes especificações técnicas: Marca – Usinagem Daiane; Dimensões de 1,0m de diâmetro e Comprimento de 12 m; Capacidade da autoclave de 36 m³ e encontra-se em área coberta e dentro da bacia de contenção, para que no caso de ocorrência de vazamento, o preservante seja retido dentro do fosso e bombeado para o tanque de CCA, de onde é re-encaminhado para uma mistura com água em dosagens pré-estabelecidas dentro da autoclave.

Após o tratamento, a vagoneta segue para fora da autoclave com a madeira umedecida, onde é levada para o local de curso devidamente preparado (esta área encontra-se concretada, coberta e delimitada com canaletas de drenagem que direcionam o conteúdo respingado para o fosso da autoclave) depois vai para a área de secagem e armazenamento, onde é estocada. E finalmente, esta pronta para a expedição.



O empreendimento possui dois reservatórios de CCA, um de 7500 litros e outro de 30.000 litros, metálicos, instalados dentro da bacia de contenção de concreto. Quando da aquisição do CCA, a bombona é armazenada em local com bacia de contenção e piso com declividade para uma saída interligada à bacia de contenção da autoclave. Para manuseio e carregamento da madeira é utilizado um trator Massey Fergusson, o abastecimento e manutenção são feitos em um posto de combustível próximo ao empreendimento.

#### 4. Do indeferimento

##### 4.1. Critérios Locacionais

O Formulário de Caracterização do Empreendimento – FCE, apresentado em atendimento ao OF SUPRAM-LM SUP n°. 361/2018 (protocolo SIAM n°. 0568664/2018), informa que empreendimento não está localizado em zona rural, bem como não se trata de imóvel rural. Ainda, é informado que o empreendimento e seu entorno de 250 metros estão ou estarão em área totalmente urbanizada. Contudo, no Relatório de Controle Ambiental - RCA é informado que o empreendimento localiza-se em área urbana com 7500m² pertencentes a área total de 17.2317ha do imóvel rural situado no Córrego Celeste no município de Marliéria, cadastrado no INCRA sob n°. 427.152.258.300 (fl.150).

Assim, diante do desencontro de informações, foi solicitado por meio do OF. SUPRAM-LM n°. 041/2020 esclarecimentos com a apresentação de documento municipal que torna a área onde está inserido o empreendimento, urbana ou em expansão urbana. E, em caso negativo promover a retificação do FCE e atentar para os estudos de critério locacional.

Em atendimento ao OF. SUPRAM-LM n°. 041/2020, o empreendedor informou que se trata de empreendimento localizado em zona rural. Por este motivo foi retificado o FCE e apresentado o Cadastro Ambiental Rural - CAR. Assim, para fixação da modalidade de licenciamento, é necessária além da verificação da classe do empreendimento em função do parâmetro da atividade a ser desenvolvida, observar a incidência de critérios locacionais de enquadramento.

O artigo 6º, § 5º, da DN COPAM n°. 217/2017, informa que:

Art. 6º – As modalidades de licenciamento serão estabelecidas conforme Tabela 3 do Anexo Único desta Deliberação Normativa, por meio da qual são conjugadas a classe e os critérios locacionais de enquadramento, ressalvadas as renovações.

§ 5º – Para fins de planejamento do empreendimento ou atividade, bem como verificação de incidência de critérios locacionais e fatores de restrição ou vedação, o empreendedor poderá acessar o sistema informatizado da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sisema – IDE-Sisema, na qual se encontram disponíveis os dados georreferenciados relativos aos critérios e fatores constantes das Tabelas 4 e 5 do Anexo Único desta Deliberação Normativa.



Desta forma, de acordo com a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IDE SISEMA, foi constatado que a área onde se localiza a CONSERVAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA TRATADA LTDA. está inserida nos limites do bioma Mata Atlântica.

Não se localiza em terras indígenas e quilombolas ou raios de restrição de terras indígenas e quilombolas. Não intervém em Rios de Preservação Permanente, corredores ecológicos legalmente instituídos pelo IEF e Sítios Ramsar.

Observa-se, também, que o empreendimento não se encontra no interior de áreas de conflitos por uso de recursos hídricos definidas pelo IGAM e não se insere nas áreas de influência das Cavidades Naturais Subterrâneas (CNS) cadastradas no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) e disponíveis no IDE, estando situado em área de ocorrência improvável de cavidades.

Está em área de amortecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral (Parque Estadual do Rio Doce) definida em Plano de Manejo. Estas informações, não foram inseridas no FCE, correspondem a critérios locais que alteram a modalidade de licenciamento e possuem estudos específicos necessários para análise do processo de licenciamento.

O FCE apresentado em atendimento à reiteração da solicitação de informações complementares (OF. SUPRAM-LM nº.041/2020), informa que o empreendimento enquadra-se em Classe 4, sem incidência de critério locacional, o que resulta na modalidade Licenciamento Ambiental Concomitante 01 – LAC 01, além destes, informa que a fase objeto do requerimento trata-se de Licença de Operação - LO (fl. 300).

No entanto, há incidência de critérios locais de enquadramento, em razão de o empreendimento estar localizado em área de amortecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Rio Doce. A modalidade de licenciamento trata-se, portanto, de Licenciamento Ambiental Concomitante 02 e a fase objeto de requerimento corresponde a Licença de Operação Corretiva.

Como consequência da incidência de critérios locais é necessária a apresentação de estudos específicos referentes à localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas e, localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas, os quais não foram juntados aos autos do processo.

#### **4.2. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos**

O empreendimento faz intervenção em recurso hídrico por meio de um poço manual (cisterna) devidamente regularizado por meio da certidão de registro de uso da água nº. 79727/2018 com vazão de 4.200 m³/dia para fins de lavagem geral, consumo agroindustrial, consumo industrial e consumo humano.

O consumo no processo é de 2341,3 litros de água por dia, aos quais são somados o consumo humano (sanitários, outros) de 439,5 litros/dia e 1323,12l/dia para lavagem e limpeza de equipamentos. Foi





informada também, em resposta a reiteração de solicitação de informações complementares – OF. SUPRAM – LM nº. 41/2020 (DOC SIAM nº. 0089390/2020), que o empreendimento utiliza água proveniente de concessionária local – COPASA, no entanto tal informação diverge do que foi descrito pelo responsável pelo empreendimento, durante vistoria da equipe técnica (Relatório de Vistoria nº.30/2019; fl 97).

O empreendimento possui um tanque de 1000 litros, cuja água é utilizada para refrigerar a bomba de vácuo e outro tanque de 3700 litros, cuja água é utilizada para dosagem de CCA e realização do tratamento.

#### **4.3. Resíduos sólidos**

Os resíduos sólidos pontas, cavacos e aparas de madeira, são dispostos no empreendimento, no entanto não foi descrita a destinação final; assim como em relação aos resíduos de plástico/papel/papelão.

#### **4.4. Cadastro Ambiental Rural – CAR**

Em acesso ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR para verificação do cadastro do imóvel onde se localiza o empreendimento constatou-se que não existe área delimitada como Reserva Legal. No entanto, a Lei Estadual nº 20922/2013, em seu Art. 40, esclarece que:

Art. 40. Nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até quatro módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores a 20% (vinte por cento), a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente àquela data, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo.

Assim, considerando que o imóvel possui 0,8597 módulos fiscais e em análise realizada dia 24/06/2020 à série histórica das imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth, verificou-se que há um fragmento de vegetação nativa na porção oeste do imóvel (coordenadas UTM 748748 e 7826185), que não foi delimitada como de Reserva Legal.

Ainda, a área do empreendimento possui curso d'água e as respectivas áreas de preservação permanente não são compostas de cobertura vegetal nativa. O empreendedor informa que não deseja aderir ao programa de regularização ambiental – PRA, conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental. Neste caso, em específico, o imóvel rural possui necessidade de recomposição de áreas de APP.

### **5. Controle processual**

Trata-se de pedido formalizado sob o nº 90035/2004/002/2013, na data de 15/02/2013, sob a rubrica de Licença de Operação Corretiva (LOC), pelo empreendimento CONSERVAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA TRATADA LTDA. (CNPJ nº 05.443.669/0001-71), para a execução da atividade descrita como *“tratamento químico para preservação de madeira”* (código G-03-07-7 da DN COPAM nº 74/2004), para uma produção nominal inicialmente indicada de 2.000 m³/ano, em empreendimento localizado na Avenida



Brasil, nº 295, Distrito de Cava Grande, Marliéria/MG, CEP: 35185-000, conforme FCEI nº R294009/2012 e FOBI nº 730240/2012 B (fls. 04/06 e 07/09).

Diante do advento da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, em vigor a partir do dia 06/03/2018, conforme *vacatio legis* estabelecida pela DN COPAM nº 218/2018 e orientação contida na Instrução de Serviço SISEMA nº 01/2018, e transcorrido em branco o prazo de transição estabelecido na legislação, o empreendedor realizou nova caracterização do empreendimento para LAC 1, Classe 4, fator locacional zero, conforme Requisição nº 23793 (fls. 89/95).

Nos dias 23/02/2016 e 04/07/2019, a equipe técnica da SUPRAM/LM realizou vistorias nas dependências do empreendimento, ocasião em que constatou que a atividade estava em operação na primeira vistoria e sem operação na segunda vistoria, sendo gerados os Relatórios de Vistoria nº S-042/2016 e S-030/2019 (fls. 96/97).

Consta dos autos requerimento de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), datado de 21/11/2018 (Doc. SIAM nº 07926688/2018), donde se extrai a informação de que o empreendimento foi autuado no dia 16/11/2018 (Auto de Infração nº 184328/2018) por funcionar atividade de tratamento químico para preservação de madeira (eucalipto) sem a devida licença ambiental, sendo suspensas suas atividades até a regularização ambiental (fl. 104), seguido de resposta denegatória do Órgão Ambiental materializada em ofício datado de 12/07/2019 (fl. 108).

O Processo Administrativo foi reorientado para a modalidade de licenciamento ambiental LAC 1, Fase LOC, Classe 4, para a execução da atividade descrita como “*tratamento químico para preservação de madeira*” (código B-10-07-0 da DN COPAM nº 217/2017), para uma produção nominal de 6.000 m³/ano, consoante FOBI nº 730240/2012 C (fls. 119/120), com a incidência dos critérios locacionais definidos pela DN COPAM nº 217/2017, por força da Papeleta de Despacho nº 214/2019, datada de 11/12/2019 (fl. 118).

As informações prestadas no FCEI originário, datado de 06/12/2012, são de responsabilidade de Eurico Caliman, sócio do empreendimento, ao passo que as informações prestadas no FCEI eletrônico, datado de 28/08/2018 – fls. 91/95 (retificado na data de 28/04/2020 – fls. 295/303), são de responsabilidade da consultora/outorgada Yasmin Karoline Silva Félix, conforme se observa por meio do instrumento particular de mandato outorgado pelo sócio administrador da empresa, Sr. José Rosa de Souza Sobrinho, datado de 09/03/2020 (fl. 320), em consonância com os poderes de administração contidos no Contrato Social da empresa (fls. 267/270) e comprovante de situação de cadastral junto ao CNPJ (fl. 19).

E, realizada a solicitação de informações complementares por meio do OF/SUPRAM-LM nº 215/2019, datado de 31/07/2019 (fls. 111/112), objeto de reiteração pelo OF/SUPRAM-LM nº 041/2020, datado de 28/02/2020 (fls. 280/281), seguiu o processo a regular tramitação perante o Órgão Ambiental, com a sugestão de indeferimento da pretensão.

O local de instalação e operação do empreendimento e o tipo de atividade desenvolvida estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos municipais, tal qual faz prova declaração emitida, na data de 27/04/2020, pelo Município de Marliéria/MG, na pessoa de seu Prefeito Municipal, Sr. Geraldo



Magela Borges de Castro (fl. 328), nos termos do Art. 10, § 1º, da Resolução CONAMA nº 237/1997 c/c Art. 18, § 3º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, com redação determinada pelo Art. 6º do Decreto Estadual nº 47.837/2020, documento ostenta caráter vinculante<sup>1</sup> no Processo de Licenciamento Ambiental.

O relatório extraído da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-SISEMA), instituída pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.466/2017, informa que o empreendimento está em área de amortecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e se encontra na zona de amortecimento de Unidade de Conservação – Parque Estadual do Rio Doce, cujas informações não foram inseridas no FCEI e correspondem a critérios locais que alteram a modalidade de licenciamento e possuem estudos específicos necessários para análise do Processo de Licenciamento Ambiental, conforme análise técnica externada no subitem 4.1 deste Parecer Único – Critérios Locacionais.

O empreendedor apresentou Certidão de Registro Imobiliário respectiva ao imóvel onde pretende operar o empreendimento emitida na data de 25/10/2017, Matrícula nº 6936, Livro nº 2-G, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos do Prata (*registro anterior sob a Matrícula nº 2020, fl. 205, Livro nº 2-G*), com área total de 172.317,25 m², cuja propriedade pertence ao nacional GENTIL LIMA DUARTE (fl. 324-v). Consta dos autos, também, cópia de contrato de locação firmado entre o proprietário do imóvel (urbano) respectivo e a empresa requerente, para o exercício da atividade que se busca licenciar ambientalmente neste Processo Administrativo, com validade até 23/03/2021 (fls. 321/323). A responsabilidade pelas informações de propriedade sobre o imóvel onde o empreendimento almeja exercer a atividade em caráter corretivo é exclusiva do empreendedor/consultor que carrou os documentos cartorários e particulares aos presentes autos.

O empreendedor informou no FCEI eletrônico nº R294009/2012, datado de 28/08/2018 (fls. 91/95), retificado na data de 28/04/2020 (fls. 295/303), que, para o exercício da atividade pretendida, fará uso/intervenção em recurso hídrico em volume insignificante (Processo nº 177315/2018), respectivo à Certidão nº 79727/2018, realizado na data de 28/08/2018, com validade até 28/08/2021 (fl. 266). Consignase, por oportuno, que a publicação dos atos de outorga, nos termos do Decreto Estadual nº 47.705/2019 e Portaria IGAM nº 48/2019, poderá ser verificada junto ao sítio eletrônico do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e perante a IOF/MG, se for o caso.

Informou o empreendedor no FCEI que, para a operação do empreendimento, não será necessária a supressão de vegetação, visto que, segundo declarado, num primeiro momento, o empreendimento está em área totalmente urbanizada (fl. 91), o que, todavia, foi refutado pela análise técnica desenvolvida nos subitens 4.1 e 4.4 deste Parecer Único, intitulados respectivamente de “Critérios Locacionais” e “Cadastro Ambiental Rural – CAR”, sendo certo que o empreendedor carrou aos autos deste Processo Administrativo o Recibo do CAR, respectivo à Fazenda Córrego Celeste, cujo registro foi efetivado no dia 16/10/2017 (fls. 291/293). Ademais, a equipe técnica de análise processual constatou a existência de

<sup>1</sup> Nesse sentido: Parecer AGE/MG nº 15.915/2017.



fragmento de vegetação nativa na porção oeste do imóvel (coordenadas UTM 748748 e 7826185), que não foi delimitada como de Reserva Legal, bem como a necessidade de recomposição de áreas de APP.

No caso, extrai-se do FCEI, também, que o empreendedor/consultor assinalou no item 2 do módulo 2 (Fatores de Restrição ou Vedação) a informação “não se aplica” para a ocorrência de impactos nas áreas/bens delineados no Art. 27 da Lei Estadual nº 21.972/2016 (fl. 92). Assim, considerando que não houve a indicação de bem ou área objeto de proteção especial pelo empreendedor, não houve a solicitação de manifestação de órgãos intervenientes no caso em tela pelo Órgão Ambiental.

O empreendedor apresentou PCA (fls. 26/50 e 171/196) e RCA (fls. 51/73 e 123/153).

Consta dos autos o protocolo da declaração de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas, conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008, ou declaração de inexistência de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas, conforme modelo definido no Anexo II da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 02/2010 (fl. 330).

Foram apresentadas as Anotações de Responsabilidade Técnica dos responsáveis técnicos pelos estudos juntados aos autos do Processo Administrativo (fls. 74 e 290) e os Certificados de Regularidade do Cadastro Técnico Federal do empreendimento e dos responsáveis técnicos pelos estudos apresentados e Consultoria Ambiental em conformidade com a Lei Federal nº 6.938/1981, Lei Estadual nº 14.940/2013 e Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013 (fls. 265 e 325/327).

O empreendedor promoveu a publicação do pedido de LOC em periódico local/regional, a saber, jornal “Diário do Aço”, com circulação no dia 24/04/2020, conforme cópia de exemplar de jornal acostado aos autos deste Processo Administrativo (fl. 77). O Órgão Ambiental, por sua vez, promoveu a publicação do requerimento de licença ambiental na Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOF/MG) em 26/07/2013, caderno I, p. 20 (fl. 103), e 07/03/2020 (reorientação), caderno I, p. 10 (fl. 333); tudo nos termos dos Arts. 30/32 da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 c/c Art. 4º, inciso I, da Lei Federal nº 10.650/2003.

Por meio da Certidão nº 0028780/2020, expedida pela Superintendência Regional em 23/01/2020, não se constatou, até a referida data, a existência de débitos decorrentes da aplicação de eventuais multas por infringência à legislação ambiental junto ao Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM) – fl. 278. Em consulta ao Sistema de Cadastro de Autos de Infrações (CAP), também realizada na data de 23/01/2020, verificou-se a existência do Auto de Infração nº 184328/2018 (respectivo ao Processo nº 631282/19), pendente de análise (fl. 279), motivo por que, no caso de eventual superação da sugestão técnica de indeferimento da pretensão de licenciamento pela autoridade decisória competente, não incidirá, na espécie, a redução do prazo de licença prevista no Art. 32, §§ 4º e 5º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018 (com redação determinada pelo Decreto Estadual nº 47.837/2020), à minguada constatação de infração administrativa de natureza grave ou gravíssima cometida pelo empreendimento ou atividade e que tenha se tornado definitiva nos cinco anos anteriores à data deliberação decisória acerca do requerimento de licença ambiental objeto deste Processo Administrativo.



Consta no processo declaração de entrega de conteúdo digital, informando tratar-se de cópia fiel dos documentos em meio físico juntados ao processo (fl. 80), bem como declaração com a indicação das coordenadas geográficas do empreendimento (fl. 13).

Os emolumentos respectivos à emissão do FOBI foram integralmente quitados, conforme Documentos de Arrecadação Estadual (DAE) e comprovante de pagamento acostados aos autos (fl. 81), nos termos da Portaria Conjunta IEF/FEAM/IGAM nº 02/2006. No que tange aos custos de análise processual, o empreendedor apresentou Certidão Simplificada emitida pela JUCEMG na data de 29/11/2019 (fl. 271), comprovando a sua condição de microempresa, motivo pelo qual faz jus à isenção do ônus da indenização dos referidos custos, conforme preconizado no Art. 11, inciso II, da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM nº 2.125, de 28 de julho de 2014; ressalta-se que o julgamento e a eventual emissão da respectiva licença ambiental (caso seja superada pela autoridade decisória a sugestão de indeferimento da pretensão realizada pela equipe técnica) ficam condicionados à quitação integral de eventuais despesas pertinentes ao requerimento apresentado, nos termos do Art. 34 da DN COPAM 217/2017 e Arts. 20 e 21 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível no FOBI nº 730240/2012 C e procedimentos internos, consoante previsto no Art. 17, § 1º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, à vista do enquadramento previsto na Deliberação Normativa nº 217/2017.

Cuida-se de empreendimento de enquadramento Classe 4 (quatro) e, consoante se extrai da análise pormenorizada realizada no capítulo 4 deste Parecer Único, a equipe técnica da SUPRAM/LM entendeu que o empreendimento não está apto a obter a Licença de Operação Corretiva (LOC), colimada neste Processo Administrativo nº 90035/2004/002/2013, à vista do fornecimento de informações complementares insuficientes e da inexistência de elementos essenciais à conclusão da análise do Processo Administrativo, pelo que sugeriu o indeferimento da pretensão de licenciamento ambiental corretivo do empreendimento CONSERVAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA TRATADA LTDA. (CNPJ nº 05.443.669/0001-71), cujos fundamentos técnicos conclusivos encontram ressonância nas disposições do Art. 10, incisos III, IV, VII e VIII, da Resolução CONAMA nº 237/1997.

Registra-se, por oportuno, que o decurso dos prazos de licenciamento sem a emissão da licença ambiental não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra (Art. 25 do Decreto Estadual nº 47.383/2018).

À vista das alterações promovidas pela Lei Estadual nº 21.972/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.383/2018, a competência para decidir sobre processos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos de pequeno porte e médio potencial poluidor (Art. 3º, inciso IV), segundo parâmetros da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, recai sobre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, por meio das Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAMs.



Nessa perspectiva, cumpre-nos trazer a lume a previsão contida no Art. 51, § 1º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.787/2019, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Art. 51. (...)

§ 1º – Compete ao Superintendente Regional de Meio Ambiente, no âmbito de abrangência da respectiva Supram:

I – [decidir] sobre processo de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos, ressalvadas as competências do Copam; (...).

Assim, sugere-se a remessa dos autos à Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro, autoridade competente para aquilatar e julgar a pretensão de licenciamento ambiental materializada no caso em tela, nos termos do Art. 3º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 47.383/2018 c/c Art. 51, § 1º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.787/2019.

Diante do exposto, encerra-se o controle processual, cujo capítulo possui natureza meramente opinativa, sob o prisma estritamente jurídico (não adentrando as questões de cunho técnico), e devidamente embasado nos documentos apresentados pelo empreendedor nos autos do Processo Administrativo e na legislação ambiental/processual disponível e aplicável ao caso concreto no momento da elaboração do Parecer Único. Nesse sentido: Parecer AGE/MG nº 16.056, de 21 de novembro de 2018.

## 6. Conclusão

A equipe interdisciplinar da SUPRAM/LM sugere o **indeferimento** do requerimento de Licença de Operação Corretiva (LOC) do empreendimento CONSERVAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA TRATADA LTDA. para a atividade de “Tratamento Químico para Preservação de Madeira”, no município de Marliéria – MG, com apreciação deste documento pela Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste de Minas.

Cabe salientar que o indeferimento justifica-se pela ausência de informações/estudos essenciais necessários à análise conclusiva sobre a viabilidade ambiental o empreendimento.